

# Stüssi-Neves

## Advogados

Guilherme Stüssi Neves  
Luiz Henrique Calmon de Aguiar  
Gustavo Stüssi Neves  
Maria Lúcia Menezes Gadotti  
Karin Ernst de Azevedo Sodré  
Patrícia Giacomini Pádua  
Luiz Guilherme Machado Alves  
Charles Wowk  
Patrícia Salviano Teixeira  
Adolpho Smith de Vasconcellos Crippa  
Fernanda de Carvalho Serra  
Gabriela Polinesio de Padua Lima

Marcelo Lesniczki de Campos Ferreira  
Marcelo José de Abreu e Silva  
Carolina Eloy da Costa Figueiredo  
Luiz Adolfo Salioni Mello  
Arthur Troula Stüssi Neves  
Juliana Pereira de Freitas  
Flávia de Queiroz Hesse  
Fernando Seiji Mihara  
Priscila Furtado Campos  
Frederico Amaral Filho  
Anna Carolina Difini Travassos  
Denys Rachevsky Dorf

Thiago Peluso Rossi  
Daniel Ricardo dos Santos Andrade  
María Alejandra Platero Cataldo  
Camila Andrea de Q. Braga e Mendonça  
Carolina Costa Zanella  
Maria Eugênia Ferradeira

Consultores:  
Hans Jürgen Holweg

### A SUA EMPRESA ESTÁ PREPARADA PARA O NOVO AMBIENTE LEGAL E REGULATÓRIO EM MATÉRIA DE GOVERNANÇA?

Desde a promulgação da **Lei 12.846/13 - Lei Anticorrupção**, no início do ano passado, muito se leu e ouviu a respeito sobre os impactos desse novo normativo legal face a atividade empresarial. Paralelamente, há mais de um ano, os jornais nos inundam com manchetes sobre escândalos corporativos envolvendo empresas brasileiras dos mais variados segmentos.

A necessidade de uma gestão profissional e atualizada, de acordo com as melhores práticas em matéria de governança, gestão de riscos e *compliance* não é uma novidade no ambiente de negócios. As empresas e as organizações já operam tendo em vista o cumprimento de leis e regulamentos específicos, de acordo com o ramo de atuação. Isso é fato. Entretanto, estamos diante de uma nova realidade que conduz as empresas e as organizações a um caminho sem volta: a urgente necessidade de conhecer e aperfeiçoar, sem exceções, as suas estruturas de governança por meio das práticas internas de gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Ocorre que a **Lei Anticorrupção** foi omissa em diversos pontos e não esclareceu, por exemplo, o que deveria ser incluído nos programas de *compliance*, nem como isto seria avaliado para demonstrar sua efetividade, o que trouxe muitos questionamentos por parte dos empresários, até mesmo duvidando se a **Lei Anticorrupção** já seria aplicável.

A recente regulamentação da Lei Anticorrupção, por meio do **Decreto Federal 8.420, de 18/03/15**, veio para afastar essas dúvidas.

Com efeito, o **Decreto 8.420, em seus artigos 41 e 42**, definiu o que é o Programa de *Compliance* (ou Integridade), sua estrutura e aplicação, bem como os parâmetros de avaliação por parte da autoridade fiscalizadora, respectivamente.

Nesse sentido, de forma complementar aos dispositivos do citado Decreto, a CGU - Controladoria Geral da União emitiu, em 07/04/15, dentre outros normativos, a **Portaria nº 909**, a qual dispõe sobre a avaliação dos Programas de *Compliance* das pessoas jurídicas, observada a apresentação dos relatórios de perfil e de conformidade do programa, conforme detalhamento contido nos **artigos 3º e 4º**.

# Stüssi-Neves Advogados

Vale ressaltar que, para que a empresa ou organização possa se beneficiar da redução de multas ou mesmo para a celebração de um acordo de leniência, nos termos do **Decreto 8.420**, a pessoa jurídica deverá informar, a respeito da estrutura do Programa de *Compliance*, quais são e como os parâmetros foram implementados, bem como qual a importância da implementação. Deverá demonstrar, ainda, o funcionamento do Programa de *Compliance* por meio do histórico de dados, estatísticas e casos concretos, considerando as premissas de prevenção, detecção e remediação, dentro de um sistema de *compliance*.

Em síntese, os Programas de *Compliance* devem ser estruturados de acordo com as atividades, características e riscos atuais da pessoa jurídica, independentemente do tamanho e setor de atuação da empresa ou organização. Não nos esqueçamos das ações voltadas aos terceiros, assim definidos como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, segundo previsão contida no **Art. 42, III, do Decreto 8.420**.

Enfim, quando pensamos em *compliance*, de modo geral, devemos refletir sobre algo muito mais amplo do que conformidade legal ou normativa, diretrizes de conduta ética ou mesmo canal de denúncias. Devemos pensar também em como gerenciar riscos, controles internos, planos de contingência e continuidade, relação com terceiros, identificação de perdas, treinamento de colaboradores etc., cuja inadequação de processos e procedimentos possam vir comprometer a continuidade da empresa ou organização.

Adequar e fortalecer o funcionamento do sistema de governança, gestão de riscos, controles internos e *compliance* de qualquer organização é tarefa profissional, árdua e contínua.

Lembremos: tudo que tem de ser feito, deve ser bem feito!

A equipe Stüssi Neves encontra-se a disposição para qualquer esclarecimento.

São Paulo, 27 de maio de 2015.

Charles Wowk  
[charles.wowk@stussinevessp.com.br](mailto:charles.wowk@stussinevessp.com.br)

Emerson Siecola de Mello  
[emerson.mello@stussinevessp.com.br](mailto:emerson.mello@stussinevessp.com.br)